

**SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
PRIMEIRA COLÔNIA ALEMÃ EM SANTA CATARINA**

Toni Vidal JOCHEM*

"... forçoso é concluir que não pequena utilidade tem tirado a Província de Santa Catarina com o estabelecimento da Colônia São Pedro de Alcântara em seu território".(1)

O início do processo de colonização do Brasil, com destaque para a região sul, foi uma decisão política promovida por Dom João VI. Após a tentativa de Pombal com os portugueses (açorianos), o governo incentivou a colonização estrangeira para, entre outras coisas, promover a dilatação do vasto Reino, ocupar vazios demográficos (objetivo estratégico), produzir alimentos (fins econômicos), mas, basicamente, para instituir uma classe de pequenos proprietários rurais, até então praticamente inexistente no Brasil. A abertura dos portos, no memorável dia 28 de janeiro de 1808, teve, por consequência, a vinda de inúmeros estrangeiros para o Brasil. Principalmente europeus. Por isso, um edital do Príncipe Regente, de 1808, permitia a imigração de não-portugueses, além de dispor sobre a concessão de terras a católicos de outras nacionalidades -- as chamadas sesmarias. Assim, baseado na pequena propriedade familiar, a imigração alemã esteve estreitamente vinculada ao sistema de colonização brasileiro, cuja política pautou-se na existência de conflitos nas fronteiras internacionais devido às grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas - apesar da existência de grupos indígenas e posseiros. Assim evidencia-se que,

A ocupação dessas terras tornou-se a principal meta dessa política de colonização, que alijou do processo os nacionais. Por outro lado, o regime da pequena propriedade não interessava aos grandes proprietários paulistas, que queriam imigrantes trabalhadores rurais para substituir o braço escravo...(2)

Nesse contexto, os alemães(3) eram considerados bons agricultores e, portanto, imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade rural. Os estados alemães, principalmente a Prússia, devido a seus problemas de ordem interna, eram vistos como países eminentemente potenciais para a emigração. Além disso, o governo imperial acreditava que parte do fluxo imigratório poderia, se tivesse uma política atraente, ser canalizado para o Brasil, em detrimento de outros países. Era o que o governo pretendia e, para isso, precisaria pôr em prática uma efetiva política de "atração".

Implantando um processo de colonização, em 1812, o governo ensaiava seus primeiros passos neste sentido com a fundação da Colônia Santo Agostinho, no Espírito Santo, com açorianos; em 1818, a Colônia Leopoldina, com alemães, na Bahia; em 1820, a de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com colonos suíços e, posteriormente, alemães; em 1822, a Colônia de São Jorge dos Ilhéus, no sul da Bahia. Todos os imigrantes instalados nas citadas colônias foram introduzidos à custa do governo brasileiro e contemplados com a doação de terras.

Por intermédio de um edital expedido em 25 de novembro de 1814, Dom João VI convida os europeus, de uma forma mais contundente, a emigrarem. Quatro anos depois, a carta régia de 6 de maio de 1818 serviu de modelo para cláusulas contratuais que estimulavam a emigração, pois

continha concessões substanciais aos imigrantes, tais como: a) passagem livre por mar e por terra no Brasil; b) doação de terreno com casa provisória; c) para cada família de três ou quatro pessoas, um boi de tração ou um cavalo, duas vacas leiteiras, quatro ovelhas, duas cabras, dois porcos, sementes de trigo, arroz, feijão, milho, linho de cânhamo e óleo de rícino para lâmpadas. Exigia-se dos imigrantes -- eram admitidos somente os que professavam o catolicismo romano - que trouxessem um médico, farmacêutico e dois a quatro religiosos. Comprometia-se o governo a construir e equipar uma capela.(4)

Estimulando ainda mais a emigração, mediante a instrução de 16 de março de 1820, o governo acha por bem estabelecer colônias no reino do Brasil, concedendo terras, por doação, aos imigrantes. A cada família cabia 160.000 braças quadradas (75 hectares), além de um terreno para a comunidade e área para implantação de uma cidade. Havia normas gerais a serem adotadas sempre que um empreiteiro fundasse uma colônia: os colonos ficavam isentos de impostos durante dez anos, mas estavam obrigados - a exemplo dos demais súditos portugueses - a pagar o quinto do ouro eventualmente descoberto, além de taxas sobre mercadorias comerciáveis. Caso retornassem à terra natal antes de decorridos dez anos de permanência no Brasil, perderiam o direito ao terreno doado. Uma vez estabelecidos na Colônia, prometia o governo, passavam a ser considerados súditos do Rei - o que lhes conferia a nacionalidade portuguesa - e a ter os mesmos direitos e prerrogativas conferidos aos portugueses. Cada distrito colonial seria administrado por um diretor nomeado pelo Rei, até que sua população aumentasse ao ponto de se poder organizar uma pequena cidade, com autoridades administrativas e judiciárias independentes, conforme o direito português.

As condições e exigências eram quase sempre as mesmas para todas as Colônias fundadas após essa época e foram, por longo tempo, seguidas pelo governo central e, mais tarde, pelos governos das províncias. Como novidades às cláusulas dos contratos posteriores, propostas pelo governo para atrair a emigração, traziam a liberação para a profissão religiosa e o exercício do culto, sendo que os ofícios divinos, por preceito constitucional, deveriam ser realizados em residências ou em local destinado especificamente para tal fim, porém que não apresentassem o aspecto externo de igreja: torre, por exemplo. Ensino e escolas não eram objetos de tais documentos contratuais, ficando essa parte, exclusivamente, sob a responsabilidade dos imigrantes.

Durante o decênio administrativo de 1821 a 1831, sob responsabilidade do imperador D. Pedro I, a política imigratória do governo brasileiro pouco conseguiu estimular a vinda para o país de agricultores e artesãos europeus. Por razões militares e estratégicas, após a independência do Brasil, o governo imperial estimulou o recrutamento, quer nas áreas de língua alemã da Europa Central,(5) quer na Inglaterra e na Irlanda, de soldados e marinheiros mercenários, destinados à formação dos incipientes exército e marinha brasileiros. E nisso, os seus agentes e funcionários se tornaram culpados dos maiores abusos. Sob falsas promessas, encobriam as cláusulas dos contratos pouco claras e elásticas. Assim, a primeira Legião Estrangeira (alemã), instalada no Rio de Janeiro, teve vida efêmera.

Foram fundadas, também, colônias agrícolas de norte a sul do Brasil por iniciativa de D. Pedro I. Além das extintas colônias de Catuca, em Pernambuco, e São Januário, na Bahia, citamos as [colônias alemãs de São Leopoldo, fundada em 1824; São Pedro de Alcântara das Torres, fundada em 1826, no Rio Grande do Sul;](#) Santo Amaro e Itapicirica, em São Paulo, fundadas em 1829; Rio Negro, no Paraná, em 1829; [São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, em 1829.](#) Algumas dessas fundações coloniais não foram bem sucedidas apesar de serem projetos estatais baseadas na doação de terras, cuja experiência não era, em geral, de natureza que pudesse à imitação induzir a emigração alemã. Assim, a política de "atração" deixou a desejar em relação aos seus imediatos propósitos.

O esforço do governo em incrementar a imigração alemã durante o Império tinha relação direta com os interesses brasileiros de instalar no país agricultores livres, "civilizados", em regiões não ocupadas pelas grandes propriedades, sob o controle do Estado. O não-desenvolvimento de algumas colônias instaladas no litoral do Brasil central foi atribuído, entre outros fatores, à

inadequação dos imigrantes aos trópicos. Esse fato levou o governo a repensar as fundações coloniais, condicionando-as para o sul do Brasil, onde, para arrematar, o número de escravos era pequeno. Esta é uma das razões que justificam, em parte, a existência de inúmeras colônias alemãs nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mas será Santa Catarina, e nela a colônia São Pedro de Alcântara, o objeto do presente estudo.

No contexto do processo que culminou na fundação da Colônia São Pedro de Alcântara, em 1828/29, toda a Província de Santa Catarina constituía-se de uma cidade: Desterro - a capital; três vilas: Laguna, Lages e São Francisco.(6) Sendo sua população predominantemente de origem lusitana.

À mesma época, a única via de comunicação ligando a freguesia de São José, localizado no continente fronteiro à Ilha do Desterro, e, portanto, também a capital da Província de Santa Catarina, com a vila de Lages, no planalto serrano central, era a modesta estrada de cargueiros que existia desde o final do século XVIII. A abertura desse caminho principiara em 11 de janeiro de 1787, quando, comissionado pelo governador José Pereira Pinto, que para isso recebera ordem do vice-rei, D. Luís de Vasconcelos e Souza, o alferes Antônio José da Costa partiu de São José rumo ao oeste, pela floresta impérvia, juntamente com 12 homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras, com a intenção de alcançar a vila de Lages, onde efetivamente chegaram a 15 de agosto do mesmo ano. O referido caminho assim aberto seguia inicialmente pela margem esquerda do rio Maruí (hoje também chamado de Maruim) e, depois, pela mata virgem, até o planalto serrano.(7)

O Governador da Capitania de Santa Catarina, Coronel Manoel Soares Coimbra, movido pela sensatez, elaborou, estrategicamente, um plano defensivo para a Ilha de Santa Catarina, planejando a instalação de dois núcleos coloniais às margens do Caminho-de-Tropas para Lages. Os planejados núcleos coloniais seriam constituídos por soldados casados e por lavradores, tendo em vista fins militares. Concebia-se que os militares, constituídos em colônia, além de afugentar os gentios, dedicar-se-iam às tarefas agrícolas e bélicas, constituindo-se em potenciais mecanismos de defesa para a Capitania em caso de emergência ante a fúria dos inimigos, principalmente os espanhóis! Alguns anos após, motivado por desentendimentos administrativos, o Governador Manoel Soares Coimbra foi levado preso a Portugal, inviabilizando a implantação dos núcleos coloniais.

O Tenente-Coronel João Alberto Miranda Ribeiro, sucessor de Coimbra no executivo provincial, revigorou o plano e reivindicou, veementemente, junto ao Vice-Rei, a sua exequibilidade, solicitando, inclusive, a alocação de recursos financeiros no orçamento da Província para viabilizá-lo. O Governador insistiu junto ao Governo constituído do Rio de Janeiro sobre a importância estratégica das fundações dos núcleos coloniais, mas o Conde de Rezende, Dom José Luiz de Castro, não deu maior importância e frustrou o projeto. Com a morte prematura do Tenente-Coronel Ribeiro, em 19 de janeiro de 1800, no Desterro, os planos de instalação dos núcleos coloniais e da implantação da ligação rodoviária litoral-planalto, entraram em prolongada hibernação durante 28 anos. Em 1816, Paulo José Miguel de Brito, funcionário do alto escalão do governo português, escreve sua memória política sobre a capitania de Santa Catarina onde faz constar uma planta com o traçado da estrada para Lages e nela a localização de colônias, recomendando fossem de açorianos. Mas a estrada, bem como o projeto das citadas colônias, não foram imediatamente executadas.

Para reforçar a colonização e viabilizar a ocupação de vazios demográficos, em setembro de 1828, Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, Imperial Inspetor da Colonização Estrangeira, teve autorização para receber no porto do Rio de Janeiro o navio alemão "Johanna Jakobs", que trazia, da Europa, centenas de imigrantes para o Brasil.(8)

Eles são convenientemente desembarcados e alojados na Armação de São Domingos, no Rio de

Janeiro, até o final do mês subsequente. Eram 523 imigrantes originários, em sua maioria, da região de Eifel, localizada no sudoeste da Alemanha, ao norte do Rio Mosela (margem esquerda).⁽⁹⁾ Na capital do Império foram acrescentados ao grupo de imigrantes 93 homens liberados da chamada "Legião Alemã",⁽¹⁰⁾ o corpo da tropa de mercenários alemães no Exército Imperial Brasileiro que havia sido dissolvido naquela cidade, assim como 19 ex-integrantes do 27º Batalhão de Caçadores de Santa Catarina, igualmente dissolvido. Eram 146 famílias.⁽¹¹⁾ Totalizasse, assim, 635 pessoas. Do Rio de Janeiro foram despachados em 28 de outubro de 1828, pelo Monsenhor Malheiros, a bordo dos veleiros "Luiza" (um brigue) e "Marquês de Viana" (um bergantim), com destino a Desterro (hoje Florianópolis), sul do Brasil, onde aportaram, respectivamente, em 07 e 12 de novembro de 1828. O brigue "Luiza" transportou 276 pessoas e o bergantim "Marquês de Viana", 359 pessoas.⁽¹²⁾

Após a chegada ao Desterro, os que foram transportados pelo bergantim "Marquês de Viana" ficaram alojados nos quartéis da capital catarinense (campo de manejo), juntos aos Batalhões 8º, 18º, 27º e 4º de artilharia, enquanto os que vieram no brigue "Luiza", por haverem adoecido durante a viagem, foram "hospedados", involuntariamente, "livre de comunicação", e completamente isolados na Armação da Lagoinha -- antigo estabelecimento de pesca de baleias fundado na costa oriental da Ilha de Santa Catarina. Lá, também, estava aquartelado o 14º Batalhão do Exército. Neste estabelecimento os imigrantes foram amparados, no que tange à assistência médica, por conta do governo provincial. Completamente isolados e em plena ociosidade, requereram, naquela localidade, terras para cultivar e de cuja solicitação não obtiveram resposta.

Assim ficaram os imigrantes, tanto os transportados pelo "Luiza" quanto os pelo "Marquês de Viana", à espera, impacientes e em parte desanimados diante da morosidade dos poderes constituídos referente aos encaminhamentos elementares visando a sua transferência para a mata virgem.

--

Essa morosidade tinha motivo: as terras destinadas a recebê-los ainda não haviam sido demarcadas e, portanto, não havia condições humanas para "enfrentar" a floresta. Assim esgotaram-se, nos quartéis, os últimos 50 dias de 1828. Lá passaram o natal e o ano novo, rolando aqui, empurrados dali, sem nenhuma privacidade, dividindo espaço com os soldados da campanha - nenhum cronista registrou como viveram, suas expectativas e esperanças, como reivindicaram seus direitos, como sobreviveram e como ocuparam-se diariamente durante aqueles meses mais longos de suas vidas. Irritados e impacientes diante da insegurança provocada pela peculiaridade da situação, homens habituados ao trabalho e agora ociosos, curtiam desgosto próprio e alheio nas dependências de alojamentos humilhantes.

O governo provincial catarinense não pudera executar, por conseguinte, antes da chegada dos imigrantes, quaisquer medidas práticas, embora indispensáveis, à instalação ao menos de um núcleo colonial, à falta justamente de decisões administrativas prévias da Corte e do envio dos respectivos recursos financeiros pelo Tesouro Público. Enquanto isso, todo o grupo de imigrantes permanecia alojado nos quartéis do centro da cidade ou na Armação da Lagoinha, em situação análoga ao caos psicológico e material. No decorrer desse tempo muitas queixas foram apresentadas, ora ao governo catarinense ora às autoridades ligadas à colonização, na Corte, por causa da situação difícil decorrente do alojamento que a cada dia se agravava. Queixavam-se, outrossim, da iminente perda das sementes, trazidas da Alemanha, destinadas às primeiras culturas na nova colônia. Em mostra de impaciência e irritação, um grupo de 26 imigrantes alojados na Armação da Lagoinha, não obstante a beleza paradisíaca da praia em cujas imediações se encontravam, em petição datada de 25 de janeiro de 1829, reiterava ao presidente Albuquerque Mello, da Província de Santa Catarina, seu pedido no sentido de encaminhá-los sem novas delongas para o núcleo colonial, como lhes havia sido prometido ainda na Europa. Manifestando o desejo de sair da imposta e exasperante ociosidade, ofereceram-se àquele governante para realizar trabalhos, como, por exemplo, a abertura de estradas. Veja parte do teor da petição:

"... uma vez mais tomam a liberdade de suplicar à V. Exa. que os fará

transportar à colônia, o mais cedo possível. E eles já apresentaram à V. Exa. uma relação do quanto eles têm sofrido, desde que saíram de sua pátria, há quase um ano, e não podem deixar de recear que o tempo que aqui tem de estarem lhes será tristíssimo. A maior parte deles trouxe sementes de proveitosas plantas, que querem experimentar se aqui produz, mas com a dilatação do tempo, se tornaram incapazes disso e, conseqüentemente, perdem-se. Se há algum trabalho a fazer, como caminhos etc. os colonos para isso se oferecem a V. Exa. (...) E como desejam ocupação, e por isso lhes ser muito agradável que V. Exa. se digne ocupá-los, o mais breve possível, no emprego acima suplicado".(13)

Entretanto, em 25 de outubro de 1828, antes mesmo da chegada dos imigrantes a Desterro, um Aviso Imperial determinava ao Presidente da Província que os colonos transportados no bergantim "Marquês de Viana" fossem estabelecidos, necessariamente, entre Desterro e a vila de Lages no lugar que "mais comodidade oferecer para uma povoação". Além disso, o citado Aviso Imperial determinava, também, a concessão da diária de 160 réis para cada imigrante no decorrer de um ano, cujo pagamento deveria ser efetuado pela Junta da Fazenda da Província de Santa Catarina.

Não obstante a inexplicável demora, os imigrantes do "Marquês de Viana" ficaram amedrontados pela notícia de que os indígenas freqüentavam o vale do Maruí, nas imediações de onde seriam instalados; por isso, muitos ficavam temerosos e se recusavam terminantemente a sair da cidade. Este terror precipitado poderia fazer malograr o futuro estabelecimento colonial se o Presidente da Província não os animasse, usando como argumento a concessão da diária de 160 réis a cada colono que se deslocasse até o lugar determinado para a fundação da colônia. Este incentivo foi bem sucedido e teve ótimos resultados.(14)

Em função do Aviso Imperial datado de 25 de outubro, o Presidente da Província ordenou imediatamente ao Major de Milícias reformado, Silvestre José dos Passos, conceituado homem público e último morador às margens da projetada estrada para Lages, no vale do Maruí, para que fosse reconhecer o "lugar que mais comodidade oferecer", sua salubridade e fertilidade para a fundação de uma colônia.(15)

Concluído o reconhecimento do sertão, em 7 de dezembro de 1828, Passos apresentou à administração provincial um relatório onde, apesar de admitir a falta de conhecimentos para bem incumbir-se da missão, apresenta uma "tosca configuração e descrição do projetado estabelecimento" de uma povoação. Albuquerque Mello, dois meses após, pela portaria de 09 de fevereiro de 1829, nomeou Passos diretor da "Colônia dos Alemães", com a incumbência de implantar "a abertura da projetada estrada" para Lages e de erguer os edifícios necessários para a recepção dos imigrantes. Eram conseqüências das imperiais determinações recebidas.

Decorridos quase três meses após a chegada do bergantim "Marquês de Viana" à Ilha de Santa Catarina, em 11 de fevereiro de 1829 o primeiro grupo de imigrantes alemães foi transportado para a freguesia de São José, onde ficaram temporariamente alojados. Em 17 de fevereiro, eles ainda lá continuavam retidos. Motivo: falta de ferramentas e de recursos financeiros para prosseguir o trabalho. Além disso, uma grande enchente inundara as várzeas do rio Maruí, tornando-a intransitável. Mas, em 1º de março, sabe-se, por carta subscrita pelo próprio diretor de colônia, que a leva inicial de imigrantes, aproximadamente 60 pessoas, já se encontrava alojada nas dependências de seu engenho localizado no sertão de São José, no vale do Maruí. Após terem feito derrubadas na mata, construíram uma palhoça com a extensão de 50 palmos de comprimento e implantaram parte da estrada ("até o ribeirão do Planxão"). Naquela data, estavam, de acordo com a carta do diretor, empenhados na edificação de mais uma palhoça e alguns barracões para a moradia provisória das famílias.(16)

As ordens transmitidas pelo governo imperial a Albuquerque Mello a respeito da localização dos imigrantes alemães em solo catarinense mencionavam, invariavelmente, no início e até meados de 1829, apenas os colonos transportados, do Rio de Janeiro para Santa Catarina, no bergantim

"Marquês de Viana". Faltava, portanto, em inexplicada incúria, instrução da Corte quanto aos colonos trazidos no brigue "Luiza" e alojados, provisoriamente, na Armação da Lagoinha. Tudo indica, porém, que o presidente da província felizmente percebeu logo a gravidade de tal deficiência e tratou de bem solucionar o problema, não sem antes terem ocorrido perturbações de ordem interna. Em evidente propósito de minorar os sofrimentos dos imigrantes e a fim de atender, satisfatoriamente, ao menos parte dos rogos e reclamações que lhes estavam sendo apresentados desde os primeiros meses e ao longo de 1829, foram encaminhados aos poucos, sob o silêncio da Corte e responsabilidade pessoal do Presidente Albuquerque Mello, para a "Colônia dos Alemães" dirigida por Passos, os colonos abrigados na Armação da Lagoinha.

Em janeiro de 1830, ainda estavam aquartelados na Armação da Lagoinha muitos ex-soldados do 27º Batalhão destinados à futura colônia. Estavam desgostosos e extremamente impacientes, resultado da ociosidade, do atraso no pagamento da diária de 160 réis, bem como de sua transferência para a colônia. Por isso, exigiram, rudimentarmente, a solução imediata dessas pendências. Os desgostosos deslocaram-se da Armação da Lagoinha para o centro da cidade, onde atacaram a casa do Presidente da Província, insultando-o atrozmente. Para fazê-los calar, o Presidente, diante da falta de recursos públicos, paliativamente solicitou a um negociante que lhes adiantasse uma certa soma em dinheiro, sob a sua garantia pessoal. Assim,

"Sossegaram alguns dias os colonos, mas voltaram novamente às representações e depois ao desacato formal. Intervindo a força pública, foram presos 15 dos turbulentos, mais em evidência, e enviados processados, com competente devassa, para a corte, pela charrua 'Jurujuba' em abril seguinte".(17)

Quem consulta as poucas fontes históricas existentes sobre esses episódios, não foge à impressão de que o retardamento no envio dos colonos a seu destino prende-se ao fato de não haverem providenciado, a tempo, a abertura completa da estrada e a necessária demarcação das terras destinadas a mais de cem famílias. Um dos vigários de São José, e um dos poucos historiadores sobre os primórdios da colônia apresenta, em sua afamada memória histórica, a "certidão da nascimento" de São Pedro de Alcântara:

"O inspetor da colônia, apenas recebeu as ordens e instruções com que devia dar princípio à sua comissão, marchou a explorar o terreno para o futuro estabelecimento. Logo que chegou às terras devolutas, depois de tê-las examinado minuciosamente, escolheu o lugar que lhe pareceu mais azado para servir de logradouro público ou arraial, e aí demarcou um quadro, em cujo meio deixou uma pequena praça bordada de duas ruas, que denominou, uma de São Pedro de Alcântara e outra de Albuquerque. Em seguida fez levantar vinte palhoças, para nelas receber os colonos, até que estes fizessem casa dentro das datas que lhes deviam ser demarcadas..."(18)

Na mata virgem, os trabalhos elementares eram executados de uma forma paulatina, mas progressiva. Em 10 de maio de 1829, Silvestre José dos Passos, dando ciência do desenvolvimento dos serviços a ele confiados, afirma já ter construído 36 palhoças para a habitação provisória dos imigrantes. Com relação à estrada projetada, afirma que sua implantação chega ao local denominado "Galão". Cita alguns acidentes ocorridos com os imigrantes quando da derrubada da mata: "estes acontecimentos e outros de acidentes moléstia é bastante motivo para lastimar o estado destes colonos, em desamparo da medicina, igreja e cemitério".(19)

Diante dos contratemplos quando do alojamento nos quartéis das 146 famílias que se destinaram a formar a nova colônia, 14 se deixaram ficar na cidade e seus arrabaldes e, por isso, só 132 datas foram demarcadas para igual número de famílias. Cada data media de 50 a 100 braças de frente, segundo o número de pessoas que continha cada família; todas, porém, com 750 de fundos, cujas frentes davam à estrada que conduz à freguesia de Lages.(20) Essas terras que a princípio seriam

férteis, além de sáfaras e de superfícies acanhadas, demonstravam qualidade mediana e, às vezes, até infrutífera.

DISTRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRA (21)

N.	IMIGRANTES	E. CIVIL	FILHOS	EXTENSÃO	POSSE	LOCALIZAÇÃO
01	Karl Payeken e Wilhelm Ruete	Solteiros	—	100 x 800 braças	09-07-1829	Lado norte da Estrada
02	Nikolaus Deschamps e Katharina Eich	Casado	03	65 x 800 braças	09-07-1829	Lado norte da Estrada
03	Heinrich Bohnen e Maria Ângela Brandt	Casado	06	75 x 800 braças	09-07-1829	Lado norte da Estrada
04	Johann Hansen e Katharina Münter	Casado	—	70 x 800 braças	10-07-1829	Lado norte da Estrada
05	Johann Klocker e Anna M. Deschamps	Casado	—	34 x 800 braças	10-07-1829	Lado norte da Estrada
06	Heinrich Conrad e Ana Barbara Welter	Casado	06	55 x 800 braças	10-07-1829	Lado norte da Estrada
07	Franz Caspar Ostermann e -----	Viúvo	—	30 x 800 braças	13-07-1829	Lado norte da Estrada
08	Johann Alfien e Katharina Mertens	Casado	01	42 x 800 braças	22-07-1829	Lado norte da Estrada
09	Matthias Palm e Maria Philippi	Casado	05	100 x 800 braças	22-07-1829	Lado norte da Estrada
10	Georg Wagner e Maria K. von Kurz	Casado	06	100 x 800 braças	22-07-1829	Lado norte da Estrada
11	Christoph Schmitz e Cristina Gesser	Casado	02	80 x 800 braças	23-07-1829	Lado norte da Estrada
12	Johann Gesser (22)	Viúvo	05	60 x 800 braças	23-07-1829	Lado norte da Estrada
13	Konrad Dör e Maria Anna Rohrs	Casado	02 (23)	80 x 800 braças	23-07-1829	Lado norte da Estrada
14	Johann J. Gödert e Maria Anna Schwartz	Casado	05	80 x 800 braças	11-07-1829	Lado sul da Estrada
15	Jakob Neckel e Maria Gertrud Wolf	Casado	05	104 x 800 braças	11-07-1829	Lado sul da Estrada
16	Matthias Meurer e Anna M. Martendahl	Casado	—	60 x 800 braças	14-07-1829	Lado sul da Estrada
17	Johann Martendahl e Katharina Normann	Casado	08	108 x 800 braças	11-07-1829	Lado sul da Estrada
18	Matthias Rinkus e Anna Maria Hesser	Casado	03	80 x 800 braças	15-07-1829	Lado sul da Estrada
19	Peter Conradi e Maria M. Thomas	Casado	02	77 x 800 braças	16-07-1829	Lado sul da Estrada
20	Christoph Sabel e Agnes Conradi	Casado	01	80 x 800 braças	17-07-1829	Lado sul da Estrada

No início da instalação da colônia, um novo surto de insatisfação geral invadiu os imigrantes: além de atraso no pagamento das diárias a que faziam jus, havia agora condições imprevistas e adversas de duro trabalho na mata: as terras, além de íngremes e de pouca fertilidade, mostravam-

se, em grande parte, desfavoráveis às atividades rurais. Já em fevereiro/março de 1829, portanto, durante os trabalhos iniciais no local escolhido para o estabelecimento da colônia, principiaram a ocorrer as primeiras deserções: algumas famílias decidiram fixar residência em Desterro e em São José, outras foram instalar-se, a partir de 6 de maio de 1830, na região do Alto Biguaçu (Louro),⁽²⁴⁾ lançando os alicerces da cidade de Antônio Carlos. Naquela ocasião, solicitaram, também, a concessão de terras mais adequadas às atividades rurais no Patrimônio das Caldas do Cubatão⁽²⁵⁾ (hoje Caldas da Imperatriz e Águas Mornas). Tal pedido, porém, foi indeferido, sob a justificativa de que aquelas terras não eram devolutas e, além disso, porque estava fora do trajeto do projetado Caminho-de-Tropas para Lages.

Viram logo os colonos que toda a região onde estavam instalados não era apenas acidentada, mas ainda muito pedregosa, dificultando qualquer lavoura. A própria sede do arraial de São Pedro de Alcântara, a futura freguesia, apresentava-se apertada entre colinas, com pouca possibilidade de tornar-se um centro maior. E os alemães recém-vindos se perguntavam se não havia em toda a Província de Santa Catarina terras mais próprias para o amaino e o plantio. Havia muito mais e bem melhores. Entretanto, ficara decidido por escalões superiores que o "caminho de sertão" em direção aos campos de Lages devia passar por ali. Era a razão de ser da "Colônia dos Alemães" ali fundada.

Após os colonos terem recebido suas terras, executada a derrubada e iniciada a plantação, algumas fontes históricas no levam a crer que, para infelicidade dos imigrantes, uma parte destas ainda estava onerada com títulos de propriedade mais antiga. Formaram-se contendas e processos que, afinal, foram liquidados pela compra das mesmas terras pelos imigrantes.⁽²⁶⁾ O cotidiano dos primeiros anos foi marcado pela insegurança gerada por problemas fundiários e pelas deficiências dos serviços públicos essenciais.

Ordens do governo imperial a respeito do estabelecimento definitivo dos imigrantes transportados pelo "Luiza" em solo catarinense só viriam, aliás, através do aviso de 14 de julho de 1829, quando alguns já haviam sido instalados, por obra e graça do Presidente da Província, na colônia: eram destinados a formar uma segunda colônia teuta, separada da dos imigrantes transportados no "Marquês de Viana", sobre a estrada São José a Lages e que ficaria situada meia légua mais para o interior, além de São Pedro de Alcântara. Lá deveriam ser instalados, "dando-lhes terras apropriadas e mandando-lhes fazer acomodações". Essa segunda Colônia, denominada de Santa Filomena, de acordo com sua concepção estratégica no Caminho-de-Tropas, nunca foi implantada,⁽²⁷⁾ mas evidencia a execução do antigo plano militar de estabelecer duas povoações no caminho que conduzia a Lages que serviriam de base estratégica para fustigar possíveis inimigos invasores da Ilha de Santa Catarina. Assim temos a evidência de que a idéia de serem duas colônias foi mantida em 1829: meia légua acima do primeiro núcleo colonial seria estabelecido um outro, com os colonos vindos da Lagoinha.

Instalados nos lotes coloniais os imigrantes construíram, então, sua primeira obra comunitária. Nascia da contribuição dos colonos a primeira igreja no topo da serra de Santa Filomena, junto às nascentes do Rio do Louro, para cuja padroeira escolheram a Santa Bárbara. Supomos que era tosca, de madeira bruta, construída com folhas de palmeiras, da mesma forma como seus ranchos de palha, cujas paredes e cobertura foram confeccionadas com as folhas trançadas da palmeira guaricana e em cujas dependências o vento sul soprava pelas gretas nos domingos frios de inverno rigoroso. Mas eles sentiam necessidade de se robustecerem na esperança e na fé e de continuarem unidos diante das adversidades naturais da incipiente vida na floresta virgem.⁽²⁸⁾ Contíguo à pequena capela foram enterrados os pioneiros imigrantes, que não resistindo às adversidades da "vida nova", cederam a sua existência. A cada domingo, ou após o culto divino, visitavam os túmulos dos entes queridos. Ali, além das lágrimas, semeavam a esperança de uma vida melhor. Emergiu então, em plena floresta, um minúsculo aglomerado habitacional, a base da incipiente fundação colonial, constituindo-se no "centro" devocional e social dos imigrantes.

Instalada a Colônia dos alemães, era preciso denominá-la. Disso encarregou-se o Presidente da Província Albuquerque Mello. Em mensagem datada de 11 de julho de 1829, comunicou ao

imperial ministro José Clemente Pereira que dera à "Colônia dos Alemães" a denominação oficial de São Pedro de Alcântara, "em atenção à família imperial reinante".(29)

Das muitas promessas que já na Alemanha haviam sido feitas aos imigrantes por meio de agentes do governo brasileiro,(30) somente algumas foram cumpridas: a das terras gratuitas e de madeiras quantas precisassem cortar. Deixaram, entretanto, de receber as ferramentas, a diária, as sementes. Miguel de Souza Mello e Alvim, quando Presidente da Província, fez várias representações escritas à Corte (Rio de Janeiro), taxando de "indecoroso" o procedimento do Governo Imperial em relação aos colonos de São Pedro de Alcântara, "cujos habitantes (dizia) são bons, laboriosos, mas estão sofrendo as maiores misérias, por motivos que eles não têm culpa".(31)

O primeiro diretor da colônia, Silvestre José dos Passos, fazendeiro aposentado, que, por sua idade avançada, já havia pedido repetidas vezes exoneração do cargo, "por não concorrerem em mim (argumentava) os requisitos que exige um tal serviço". Passos exerceu seu cargo somente até o momento em que todos os imigrantes tinham tomado posse de seus terrenos. Eleito e nomeado Juiz de Paz da freguesia de São José, onde assumiu seu cargo em 25 de janeiro de 1829, deixou a administração da colônia a 06 de fevereiro de 1830. Depois, os imigrantes elegeram Nikolaus Henkenn (Heinzen?) como líder e, após a morte deste, seu filho Peter Henkenn (Heinzen?).(32) Sucedeu a Passos, na função, o súdito alemão João Henrique Soechting, que havia sido tenente do 27º Batalhão de Caçadores e participara, até o ano anterior, na campanha militar do Império contra as províncias unidas do rio da Prata.

No mês precedente a essa troca de diretores, e apenas doze dias após sua posse no governo provincial, o presidente Mello e Alvim fez, a 26 de janeiro de 1830, acompanhado de várias autoridades,(33) uma excursão a São Pedro de Alcântara, com o propósito de inteirar-se da situação dos colonos.

Dessa viagem de inspeção ele depois deu notícia (ofício n. 14, de 15 de fevereiro de 1830) ao Marquês de Caravelas, novo Ministro do Império, no qual manifestava sua admiração pelo trabalho imenso que, "assim como por encanto, no curto prazo de seis meses", "aquela laboriosa e infatigável gente" havia feito em terreno áspero e montanhoso, convertendo o sertão ínvio "em terreno cultivado coberto de seara de milho, trigo, legumes e todas as plantas do país, além de outras cujas sementes trouxeram da Europa". Justamente por isso, no mesmo relatório, o presidente da província cobrava do governo imperial, reiterando os pedidos de seu antecessor, o reinício do suprimento regular a Santa Catarina, pelo Tesouro Público, de recursos financeiros destinados ao pagamento das diárias de subsistência dos colonos, como meio indispensável de garantir a continuidade do elogiado trabalho realizado em São Pedro de Alcântara.(34)

Na visita que fez Mello e Alvim a São Pedro de Alcântara resultou que, na ocasião, in loco, determinasse ao agrimensor e sua comissão(35) a abertura de um caminho rumo do norte, em direção ao Rio Biguaçu, para que lá fizessem demarcar um lugar para a instalação da freguesia; a futura sede do núcleo colonial. Seguindo as orientações de Mello e Alvim, concluiu a comissão da impossibilidade da abertura do solicitado caminho em função do terreno excessivamente montanhoso. Mas, em 14 de fevereiro de 1830, o diretor João Henrique Soechting, em carta ao Presidente da Província, anuncia que a referida comissão descobriu, rumo do sul, a apenas 300 braças da estrada velha, uma planície que teria mais de 200 braças de extensão, além de bastante água. O Presidente Mello e Alvim responde à Soechting argumentando que não poderia definir o lugar da freguesia sem antes empreender nova visita à colônia. Assim, a definição da localização da freguesia foi protelada.

Em relatório sobre sua visita à colônia, o Presidente Mello e Alvim reclama da distribuição dos lotes de terras aos imigrantes, cujo ato teria sido feito sem critério e, portanto, segundo ele, o mais irregular e injusto possível. Continua seu relatório afirmando que a administração provincial, após a suspensão do pagamento das diárias para subsistência dos imigrantes, faz todo o possível,

"para reduzir esta desgraçada gente, no meio de uma terra inóspita, para onde vieram atraídas pelas mais brilhantes promessas, à dura alternativa, ou de desertarem, abandonando suas mulheres e filhos à desesperação e à miséria, ou de sucumbirem todos vítimas da mesma miséria, privações e fome. (...) Contudo poucos desanimaram. Eles se lançam avidamente ao trabalho: os rigores do tempo, a rudeza selvática do país, nada pode empecê-los: homens, mulheres e crianças, tudo trabalha com maior acerto, e a mais acizada distribuição de serviços; enquanto os mais robustos derrubam, queimam matas e plantam a terra, os outros, e as crianças cuidam na construção de suas casas, tecem os tetos de palha, para as cobrir, tratam de toda a economia doméstica, e assim, como por encanto, no curto prazo de seis meses, aparece um espaço de três léguas de comprimento sobre 200 braças de largura, convertido de sertão bárbaro e intransitável, em terreno cultivado e coberto de seara de milho, trigo e legumes e todas as plantas do país, e de outras cujas sementes trouxeram da Europa, assim como povoados de pequenas e cômodas habitações edificadas, com uma facilidade verdadeiramente pasmosa".(36)

Insistia o Presidente Mello e Alvim, por fim, pela solução das súplicas dirigidas ao governo imperial pelo seu antecessor, por três vezes - em 6 de agosto, 9 de setembro e 17 de novembro de 1829 - porque dizia não mais ser possível ministrar aos colonos os socorros que lhe foram prometidos e assim seria melhor desenganá-los de uma vez e renunciar definitivamente ao projeto de fundação de alguma nova colônia.(37) Era o governo assumindo suas limitações e desobrigando-se das promessas empenhadas na promoção da colonização.

Com a instalação de novas famílias, a colônia faz sua população aumentar. Em setembro de 1830, o diretor Soechting realiza levantamento censitário e constata: 154 famílias, sendo 136 na estrada para Lages e 18 no Alto Biguaçu (Louro). Outro recenseamento, efetuado em dezembro do mesmo ano, indicava ligeiro aumento da população: 168 famílias, com 652 pessoas, 377 homens e 275 mulheres, aí incluídos adultos e crianças.(38) Quando estavam os colonos colhendo de seus primeiros roçados e de seus quintais à beira-rio, frutos do suor e de lágrimas incontidas, caiu sobre São Pedro de Alcântara, a 15 de abril de 1830, um devastador temporal com granizo, arruinando a maioria das lavouras. A 13 de novembro do mesmo ano, outra tempestade bem mais ruínosa, infligiu desânimo.(39) Terceira devastação veio a 15 de dezembro do mesmo ano: a lei que proclamava "abolida em todas as Províncias de Império a despesa com a Colonização Estrangeira". Este ato administrativo equiparou-se, indiretamente, a um virtual decreto de emancipação da colônia. Era um inesperado presente de Natal que a Corte reservara aos colonizadores e que, por conseguinte, retraía o governo imperial de qualquer cooperação direta, abandonando sua iniciativa de promover e dirigir a imigração. Bem podemos imaginar a insegurança que tomava feições de desespero reinante entre a população. Enquanto o governo ensaiava, aos poucos, um forçado esquecimento da colônia e de seus habitantes, paradoxalmente, o núcleo colonial chamava a atenção de viajantes estrangeiros...

Em outubro de 1835, um conde dinamarquês, Frederik Christiam Raben, visitando São Pedro de Alcântara, descreve aspectos botânicos, entre os quais extraímos os seguintes registros históricos que anotou em seu diário:

"Uma doença denominada mal-de-terra é comum aqui (São Pedro de Alcântara). As pessoas ficam pálidas, perdem energia, e se vai longo tempo de recuperação. Diz-se provir de má dieta. Muitos são pobres. O povo em geral só come carne-seca com farinha de mandioca e milho torrado em lugar de café. A saudade parece torturar a maioria dos colonos, que desejam voltar para a sua pátria, mas a maior parte não pode por falta de recursos. (...) Foram-lhe feitas promessas que terminaram mal cumpridas. Não há escolas. Se as crianças necessitam aprender algo, os próprios pais precisam ensiná-las. (...) Um fulano separou madeira para construir uma

igreja, mas a obra parou. Na Colônia há duas ou três capelas, onde o povo se reúne para orar e cantar".(40)

Diante de parte das promessas não cumpridas, de compromissos desonrados, de terras íngremes e de baixa fertilidade, os colonos de São Pedro de Alcântara, desiludidos com a "terra prometida", em 1836 começaram a migrar. Reiteraram a solicitação de terras nas imediações de Caldas do Cubatão e lá fundam Vargem Grande(41) migram também para o vale do Itajaí Açu, onde lançam os fundamentos das povoações de Belchior e Pocinho - hoje município de Gaspar - e também de Brusque.(42) Posteriormente, toda Santa Catarina, e por extensão o Brasil, foi recebendo sementeira do braço forte dos colonos desse núcleo pioneiro.

A 13 de abril de 1844, o presidente da província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito, após a aprovação da Assembléia Legislativa, sancionou a lei n. 194, que erigia em freguesia, e à condição de Paróquia em 23 de abril, com os limites que indicava, o arraial da Colônia São Pedro de Alcântara, com patrono homônimo,(43) desmembrando-o da paróquia da Vila de São José. Pouco depois, a lei n. 250, de 31 de março de 1848, alterava os limites orientais da nova freguesia. Confirmada pelo Bispo do Rio de Janeiro, em visita pastoral à Província, em 1845, o citado prelado "encarregou-nos o regime da nova paróquia", escreve o Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, que parouquiava em São José. Efetivamente a nova paróquia começou a funcionar alguns anos mais tarde, ficando ao encargo do Monsenhor Manoel Joaquim da Paixão, que também acumulava a função de vigário de São José.

"Nesse tempo os colonos, querendo também partilhar da munificência de S. M. o Imperador, dirigiram-lhe um requerimento, pedindo-lhe uma esmola para a reedificação da nova matriz; o digno monarca, pronto sempre a fazer generosos donativos em prol dos templos e estabelecimentos pios, os acolheu favoravelmente, indagou com interesse a respeito do estado da colônia, e mandou entregar ao presidente da Província certa quantia para ser aplicada ao conserto da matriz de São Pedro de Alcântara. Os alemães ficaram encantados da afabilidade com que o Imperador os recebeu (tratava-se já de D. Pedro II), e não cessaram de falar do augusto filho da arquiduquesa Leopoldina - assim se exprimiam em referência à virtuosa primeira Imperatriz do Brasil de saudosa recordação".(44)

Encarregado pastoralmente da móvel paróquia, o Pe. Paiva, em 26 de maio de 1845, realizava sua primeira visita a São Pedro de Alcântara para ali officiar atos religiosos. Dessa visita primeira, Pe. Paiva anotou detalhes impressionantes sobre o desenvolvimento da colônia e costumes de seus habitantes. Assim descreve:

"Ao entrar no arraial da colônia não se oferece outra vista além de uma larga rua, que conterà vinte edifícios, e cujos intervalos serve de praça; porquanto os alemães, apartando-se do risco que lhes dera o inspetor Passos, julgaram mais conveniente estender-se pela margem do Maruí. Contudo, ainda que pequeno, o arraial apresenta um agradável e interessante aspecto, máxime nos dias em que os colonos aí concorrem para a celebração dos ofícios divinos(...). Durante o sacrifício da missa... não pude deixar de sensibilizar-me a ver até os meninos de seis anos cantar de cor muitos dos salmos, pronunciando admiravelmente as palavras latinas. A um dos lados da igreja está o cemitério, onde, além de uma grande cruz plantada... observei outras muitas, porém pequenas, fincada sobre cada sepultura, e todas enfeitadas de flores e festões de papel picado, muito principalmente as que assinalavam os jazigos de inocentes. Enquanto dura a visita paroquial... os colonos, católicos romanos, à exceção de três ou quatro famílias luteranas, não perdem um só dia de missa... para o que desprezam a longitude de três ou quatro léguas, muitas vezes por caminhos intransitáveis".(45)

A colônia São Pedro de Alcântara florescia às margens da estrada que a atravessa em direção à vila de Lages. Mas, poucos anos mais tarde, o governo veio a construir, na mesma direção de Lages, uma estrada paralela até o alto das Taquaras, na Serra da Boa Vista, de trânsito mais fácil e talvez menos íngreme,(46) que subia o Vale do Cubatão, via Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. A transferência de parte do trajeto da estrada via vale do Cubatão, em detrimento do vale do Maruí, "isolou" economicamente São Pedro de Alcântara, em função da privação do comércio fomentado pelos transeuntes, principalmente os tropeiros. Foi a estagnação econômica de São Pedro de Alcântara.

Alguns anos mais tarde a população da colônia, em 1848, contava com 145 famílias num total de número de 700 habitantes, não contando neste número muitas famílias que mudaram o domicílio para a margem dos rios Biguaçu, Tijucas e Itajaí, e muitos que residiam na vila de São José e na capital. Se os colonos tivessem todos permanecidos no ponto onde foram instalados, de certo poder-se-ia contar na colônia São Pedro de Alcântara, em 1848, perto de 3.000 pessoas, escreve o Pe. Paiva.(47) Seis anos mais tarde, em 1854, contava a Colônia com 1.500 habitantes, sendo trinta e tantos escravos, trezentos estrangeiros e mil e tantos brasileiros, entre descendentes de colonos e naturais do país.(48)

De acordo com o censo demográfico brasileiro de 1980 o distrito de São Pedro de Alcântara possuía a população de 4.701 pessoas. A sinopse preliminar da população recenseada em 1991 do Distrito(49) de São Pedro de Alcântara acusa 4.021 habitantes.(50) Em 1990, iniciava-se um movimento com significativo apoio popular com o precípua objetivo de obter a emancipação político-administrativa do então distrito de São Pedro de Alcântara do município de São José. Em 31 de março de 1991, foi realizado o indispensável plebiscito, quando os eleitores devidamente inscritos manifestaram-se, com expressiva quantidade de votos, favoráveis à sua emancipação político-administrativa.

Cumprido os trâmites legais e obtida, em março de 1994, por unanimidade de votos, a aprovação da Assembléia Legislativa ao projeto de emancipação, ocorreu a instituição do município de São Pedro de Alcântara, através da lei n. 9.534,(51) que, em 16 abril de 1994, então o governador de Santa Catarina, Dr. Antônio Carlos Konder Reis, fez questão de sancionar em cerimônia realizada no solo da própria sede da histórica colônia. Os limites municipais, inicialmente fixados pela citada lei, foram depois modificados pela lei n. 9.943, sancionada em 20 de outubro de 1995. A instalação do novo município ocorreu a 1º de janeiro de 1997, com a conseqüente posse do primeiro prefeito e vice eleitos, respectivamente, Sr. Salézio Zimmermann e José Ademir Deschamps, bem como dos membros da Câmara de Vereadores.(52)

Passados 170 anos de fundação da Colônia São Pedro de Alcântara, ao observador ficará caracterizado que parte dos compromissos do governo imperial relacionados ao citado núcleo imigratório falharam. E mais evidente fica ainda que a exeqüibilidade da colonização não fora devidamente reconsiderada: olhava-se o fim, olvidando-se dos meios.

Apesar da falta de planejamento, do núcleo colonial concebido por estratégia militar e integrado por duas colônias independentes, a despeito da insuficiência e desorganização das metas asfixiadas pela burocracia e descaso, a Colônia São Pedro Alcântara tornou-se âncora histórica, fixando o exemplo edificante e co-responsável da fibra de uma comunidade interiorana. Seus imigrantes, na verdade, desempenharam exatamente o papel que lhes assinalou o promotor da colonização e patrono do núcleo colonial, Dom Pedro I: ajudar a fornecer ao sul do Brasil, especificamente à Santa Catarina, uma população rural, assegurando o futuro da agricultura, além de eliminar vazios demográficos. Nesse aspecto, a colônia São Pedro de Alcântara foi muito bem sucedida. Esse núcleo colonial não foi apenas o pioneiro da colonização alemã em Santa Catarina, tornou-se, também, a célula-mater de inúmeras povoações, depois ramificadas e o berço de algumas famílias patriarcais, das quais brotariam, embora não nascidas em São Pedro de Alcântara, figuras notáveis, homens de governo, industriais, desportistas, figuras da igreja (como D. Paulo Evaristo Arns), enfim, líderes do cenário político, industrial e religioso de Santa Catarina, com destaque a

nível nacional. Seria de São Pedro de Alcântara que se espalhariam também, aos milhares, por todo o Estado descendentes daqueles primeiros imigrantes que, juntamente com outras etnias, seriam sustentáculo da economia e da sobrevivência de outros tantos milhares no futuro, desde o mais modesto agricultor até o mais badalado e influente industrial.

E hoje, quando vemos tantos nomes de descendência alemã em destaque nas mais diversas atividades sócio-econômico-culturais da sociedade catarinense, por certo não avaliamos os sacrifícios que seus antepassados enfrentaram para transformar em realidade o sonho de prosperar, conquistando, a partir da floresta virgem, uma vida mais digna. Nessas ocasiões, muitas vezes, desconsideramos que seus pioneiros deixaram para trás seus familiares, sua aldeia natal, sua pátria, com seu referencial cultural para tentar vida nova no Brasil e nos legar uma vida mais próspera.

São Pedro de Alcântara é um marco imigratório que à memória histórica catarinense convém preservar para a posteridade: deficiências humanas, omissão governamental e contingências da natureza estimularam esses membros da primeira comunidade alemã instalada em Santa Catarina a desenvolverem uma fibra que se tornou um exemplo de união e resistência na adversidade. A vida imprimiu nos imigrantes e nos seus descendentes tenacidade, determinação pelo trabalho, além de sólidas bases morais e religiosas; a alguns sorriu com prosperidade econômica e cultural, enquanto a outros dotava com indispensável liderança comunitária.

O estado de Santa Catarina deve aos imigrantes de todas as etnias que o constituíram, entre elas a alemã, a condição de seu desenvolvimento econômico e social, além de uma substancial contribuição para uma economia agrária invejável. O pouco desenvolvimento da primeira colônia alemã barriga-verde - São Pedro de Alcântara - só não foi mais acentuado devido aos brios desses pioneiros e de seus descendentes: os atores dessa história da vida real que, em 1º março de 1999, comemoram 170 anos de existência no Estado de Santa Catarina.

NOTAS DE FIM

* Toni Vidal JOCHEM é bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em História Cultural pela mesma Universidade, na linha de pesquisa "Migrações, Cultura e Identidade", sob a orientação da Profª Dra. Eunice Nodari. É autor dos livros **Pouso dos Imigrantes e A Epopéia de uma Imigração**, e organizador da publicação **Sesquicentenário da Colônia Santa Isabel 1847-1997, Celebração e Memória**. Co-autor do livro **São Pedro de Alcântara: 170 anos depois** e organizador do livro **São Pedro de Alcântara - Aspectos de sua História**. Foi coordenador do biênio comemorativo do 170º aniversário de imigração alemã de São Pedro de Alcântara - 1998/1999, membro da Academia de Letras de Biguaçu-SC e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina-IHGSC.

(1) PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. **Colonização Alemã de São Pedro de Alcântara**, p. 18. Esta e as demais obras citadas ao longo do texto estão devidamente indicadas na bibliografia.

(2) SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania**, p. 105.

(3) Salientamos que, sob o termo genérico de "alemães", consideramos todos os que provenham de países que usam o idioma alemão: procedam da Baviera ou de Württemberg, ou da Saxônia, ou da Suábia, bem como sejam hanoverianos, ou bálticos, ou meclemburgueses. Até alguns luxemburgueses, para efeito de colonização, muitas vezes, são considerados alemães.

(4) Cf. FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão**, p. 95.

(5) Por áreas de língua alemã da Europa Central, entende-se a atual Alemanha e países vizinhos.

(6) Existiam, também, doze Freguesias: oito na Capital - Nossa Senhora do Desterro, Nossa

Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora do Rosário, São José, São Miguel e Bom Jesus dos Aflitos. Duas em Laguna: Santo Antônio dos Anjos e Sant'Ana. Uma em Lages - Nossa Senhora dos Prazeres e uma em São Francisco - Nossa Senhora da Graça.

(7) Cf. JOCHEM, Toni Vidal. **A Epopéia de uma Imigração**. Águas Mornas : Ed. do Autor, 1997, pp. 19-52.

(8) Não foram bem sucedidas as buscas, nos arquivos do Rio de Janeiro e em Bremen, da(s) lista(s) de passageiros do navio "Johanna Jakobs". Com relação ao porto europeu do qual zarpou o "Johanna Jakobs", a documentação histórica disponível não é convincente. MATTOS, Jacinto Antônio de, **Colonização...**, p. 41, afirma que os colonos eram provenientes de Bremen; daí a conclusão: "Johanna Jakobs" zarpou de Bremen. Mas essa informação é generalizada demais. Nem todos os colonos que em 1828 chegaram no Desterro atravessaram o Atlântico com o "Johanna Jakobs". No livro de PHILIPPI, Aderbal, *São Pedro de Alcântara...*, p. 192, é transcrito o passaporte de Stefan Kehrig: *Autorização expedida em Koblenz em 28/04/1827, visto do Vice-Consulado Brasileiro em Amsterdam em 21/04/1828 e visto do Consulado Prussiano no Rio de Janeiro em 28/08/1828. Anexo ao passaporte autorização para emigrar, datada de 01/02/1828. Saída de Dünghenheim, passando por Koblenz, Köln e Leiden(Holanda); destino: Brasil*. Veja também ENTRES, Gottfried, **Gedenkbuch...**, p. 28. PHILIPPI, Aderbal, pp. 97-107, publicou cartas de Barbara Kehrig (Dünghenheim). Na p. 105, carta de 07/07/1961, há a seguinte informação: *Com este Stephan Kehrig 60 famílias emigraram do Distrito de Cochem*. Assim é plausível pensarmos na probabilidade de que o navio "Joanna Jakobs" zarpou de um porto holandês. Precisamos empreender novas pesquisas...

(9) A região de Eifel encosta na Bélgica e em Luxemburgo e "tirou" de localidades como Brohl, Forst, Moselkern, Treis-Karden, Kaisersesch, Münstertal etc parte dos emigrantes enviados a Santa Catarina em 1828. Nicolau Deschamps, sua esposa Cathérine Eich, e os filhos do casal eram oriundos de Bliesguersviller, subdistrito de Sarreguemines, departamento de Moselle, na França. Cf. BOHN, Antônio Francisco. "Notas à História de Gaspar". In : **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXII, Fevereiro de 1991, pp. 51-8 e Tomo XXXII, Março de 1991, pp. 87-94. DESCHAMPS, Genésio. "Em busca da origem da família Deschamps". In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXVI, janeiro de 1995, n. 1, pp. 26-8, e SCHMITT, Elzeário. "Nicolau Deschamps nascido francês". In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXVII, julho de 1996, n. 7, pp. 200-201.

(10) Sobre a "Legião Alemã", cf. LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador**. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

(11) Salientamos que nem todos os imigrantes eram alemães. Nicolau Deschamps, por exemplo, era francês, enquanto Nicolau Mannes era luxemburguês (Echternach).

(12) Sabe-se, hoje, que nem todos os imigrantes transportados do Rio de Janeiro a Desterro (Luiza e Marquês de Viana) atravessaram o Atlântico com o "Johanna Jakobs". Em 07/06/1828 partia de Bremen o brigue "Charlotte et Louise", também trazendo imigrantes para o Brasil. O brigue "Charlotte et Louise" realizou duas viagens para o Brasil. Também as embarcações "Argos" e "Harmonia" faziam a travessia do oceano transportando imigrantes. Em novembro de 1829 aportou à ilha de Santa Catarina o brigue "Lucinda" conduzindo 54 colonos, quase todos ex-soldados do 28º Batalhão da Corte, os quais foram, também, alojados na Armação da Lagoinha. Todavia, por motivos diferentes, apenas parte deles se integrou posteriormente à vida da incipiente colônia São Pedro de Alcântara. Em dezembro de 1830 chegava o bergantim "Santa Catarina", no Desterro, com 9 imigrantes a bordo.

(13) MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina**, pp. 49 -50.

(14) O Pe. Paiva apresenta o saldo diário de 160 réis como estratégia e chamariz usado para atrair os imigrantes temerosos. Neste caso, não foi uma ação muito digna: pois os herdeiros dos

fundadores da Colônia São Pedro de Alcântara até hoje esperam esta diária, que em tempo algum foi paga a seus antepassados. Com relação a presença de indígenas na região de São Pedro de Alcântara, PAIVA afirma p. 5, que os mesmos "infestavam aqueles sítios"; MATTOS o contradiz, p. 46, quando afirma que "em São Pedro, pode-se dizer, não havia o temor do gentio". Esse aspecto histórico em São Pedro de Alcântara merece aprofundamento.

(15) Silvestre José dos Passos (natural da Ilha de Santa Catarina, nasceu, provavelmente, em 1767 e faleceu em São José a 28/06/1850). A ele, em 08/10/1807, foi concedida uma sesmaria com a extensão de 400 braças de frente, "na entrada do Certão do Maruí", e 800 de fundo, no termo da freguesia de São José da Terra Firme. In: *Segundo Livro de Sesmarias (1806-1814)*, p. 45v, no Arquivo Público de Santa Catarina, em Florianópolis.

(16) Não se conhece, infelizmente, o dia exato em que ocorreu a primeira entrada dos imigrantes alemães nas terras da colônia, que poderia servir à fixação da data de sua fundação. O dia 1º de março de 1829, posteriormente celebrado como a fundação da colônia, é apenas a data da carta do diretor Passos ao brigadeiro Albuquerque Mello, narrando os serviços que, sob sua orientação pessoal, haviam sido então executados na mata, no trecho referido do velho Caminho-de-Tropas para Lages.

(17) MATTOS, p. 49.

(18) PAIVA, p. 4.

(19) MATTOS, p. 44.

(20) REITZ, Raulino, em **Santa Bárbara**, p. 32, afirma que as datas variavam de 30 a 108 braças de frente, consoante o número de pessoas de cada família, com 750 braças de fundo. Entre as famílias que ficaram no Desterro (família Wendhausen) e imediações, principalmente na Praia Comprida, em São José, estão: Michels, Bohnen, Lenz, Huber, Mannebach, Schneider, Zimmermann. Cf. PHILIPPI, p. 47.

(21) Cf. Coleção "Ficker", no Arquivo Histórico de Joinville. Cf. também PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara...**, pp. 35-6. Na presente tabela, as 800 braças de profundidade dos lotes são, apenas, aproximadas.

(22) Sua esposa, Rosaline Sattlarin, faleceu na Armação da Lagoinha.

(23) Enteados.

(24) Na região do Louro instalaram-se, entre outras, as seguintes famílias: Schenk/Vieira, Geissbusch/Kraemer, Kuber(solteiro), Hoener, Meinschein(solteiro), Sieglin(solteiro), Schwart/Both, Crels(viúva), Holze(solteiro), Schwarz/Schneider, Schwarz/Hermes, Schwartz(solteiro), Hermes/Reimaelus, Jochem(viúvo), Bins/Pudinger, [Emmerich/Vhors](#), Soechting/Silva, Revoets(solteiro) e Ruppel/Kickn, cf. MATTOS, p. 61. Em 30 de abril de 1838, mediante decreto n. 100, lá foi autorizada a construção de uma capela e cemitério. Mediante a lei n. 544, de 02/05/1864, criou-se a freguesia (paróquia) de São Pedro Apóstolo do Alto Biguaçu. No planalto serrano catarinense instalou-se as famílias Waldrich e Köche, cf. PHILIPPI, p. 47. Para a região de São João Batista, no Vale do Rio Tijucas, foram as famílias Sesterhenn, Becker, Neckel e Schwarz. A família Grab instalou-se na Vila de São Miguel, cf. PHILIPPI, p. 48.

(25) Cf. documento do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Códice: JA6 159.

(26) Cf. TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**, p. 79. Cf. também, HANDELMANN, Gottfried Heinrich. História do Brasil, Tomo II, Col. Reconquista do Brasil, vol. 66, p. 349.

(27) Mas, infere-se dessa ordem, que se o presidente Albuquerque Mello não houvesse agido prontamente, os colonos inicialmente alojados na Armação da Lagoinha teriam permanecidos retidos ali, na ociosidade e em deplorável situação, por quase um ano. Esses, dentre outros fatos, fazem de Albuquerque Mello credor da gratidão dos imigrantes e de seus descendentes.

(28) Salientamos que nem todos os imigrantes professavam a fé católica. Karl Payeken, além das famílias Lucas, Jasper, Theiss, Müller e Wagner eram, por exemplo, evangélicos. Hoje, no exato local da capela de Santa Bárbara, existe uma pequena orada contendo uma cruz em cujo pé foi fixada uma placa de bronze com a seguinte mensagem: "*Peregrino, o chão onde pisas é chão sagrado. Aqui, de 1838 a 1915, erguia-se a Capela de Santa Bárbara, erguida pelos primeiros colonos no Estado de Santa Catarina. Reverencia os mortos que aqui jazem.*"

(29) MATTOS, p. 45. Interessante observar que, não raras vezes, as denominações das colônias homenageavam a família imperial; assim temos as seguintes colônias: São Leopoldo - RJ, Petrópolis - RJ, Santa Amélia - PE, São Pedro de Alcântara das Torres - RS, Teresópolis - SC, Leopoldina - SC, Santa Leopoldina - ES, Santa Isabel - SC e ES, entre outras.

(30) Cf. OBERACKER, Jr. Carlos H. **Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil**. Porto Alegre : Metrópole/Instituto Estadual do Livro, 1957.

(31) MATTOS, p. 57.

(32) Cf. TSCHUDI, p. 78.

(33) Integravam a comitiva o Comandante de Armas, o Intendente da Marinha, o Coronel Comandante do Distrito, além de outras pessoas.

(34) MATTOS, pp. 54-5.

(35) Formada pelo Agrimensor, pelo Capitão Domingos de Souza e José Silveira de Souza.

(36) MATTOS, p. 55.

(37) MATTOS, p. 56.

(38) MATTOS, p. 57.

(39) Há quase 170 anos depois de fundada a Colônia, São Pedro de Alcântara ainda continua sendo alvo de inundações, como, por exemplo, a que tomou proporções sem precedentes, ocorrida em 11/12/1998.

(40) REITZ, Raulino. "O diário do Conde F. C. Raben sobre sua visita à Colônia São Pedro de Alcântara em 1835". In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXI, n. 9, setembro de 1990, pp. 195-6.

(41) Entre as famílias que migraram para Vargem Grande, hoje município de Águas Mornas, estão: Kuhnen, Loch, Wollscheidt, Petri, Michels, Philippi, Heinzen, Westrup... cf. PHILIPPI, p. 48.

(42) Em função da Lei Provincial n. 11, de 05/05/1835, migraram para Gaspar (Colônias Belchior e Pocinho) entre outras as seguintes famílias: Bins, Deschamps, Händchen, Juchem, Junk, Kehrbach, Klocker, Lucas, Palm, Rausch, Rinkus, Schneider, Sesterhenn, Simonis, Theiss, Wagner, Müller, cf. VOIGT, André Fabiano, **A Imigração de Alemães para o Vale do Itajaí(1838-1850)**, pp. 20-26.

(43) Pedro Garavito (posteriormente São Pedro de Alcântara) nasceu em Alcântara, província de

Estremadura, na Espanha, em 1499. Faleceu em 19/10/1562 e foi canonizado em 1669. A família real portuguesa era grande devota do Santo, por isso dois imperadores do Brasil, Dom Pedro I e Dom Pedro II, receberam no batismo o nome: Pedro de Alcântara. Por extensão, em 1826 São Pedro de Alcântara foi, por anuência do Papa Leão XII, instituído excelso patrono do Brasil.

(44) PAIVA, p. 7.

(45) PAIVA, pp. 5-7.

(46) Hoje BR 282.

(47) PAIVA, p. 18. O texto cita que "nesta freguesia existe igualmente para mais de 50 famílias brasileiras, as quais pela maior parte compostas de lavradores diligentes". MATTOS cita que, em fevereiro de 1847, a colônia contava com 742 habitantes. Desses, 120 eram brasileiros e 622 imigrantes ou descendentes destes. COUTINHO, em sua fala, datada de março de 1851, diz que na freguesia de São Pedro de Alcântara conta mais de 1.250 habitantes. Destes, 840 ou mais são nacionais, 306 estrangeiros e 78 "captivos"(sic). A influência dos açorianos/portugueses, acima citados como "famílias brasileiras", em São Pedro de Alcântara está ainda por ser estudada.

(48) MATTOS, p. 58.

(49) O distrito de São Pedro de Alcântara foi criado pela Lei Estadual n. 22, de 13 de janeiro de 1938.

(50) Fonte IBGE. In: Anuário (veja bibliografia), p. 77. Desse total de 4.021 habitantes, 2.087 são do sexo masculino e 1.934 feminino. Residem na área urbana 396 habitantes, enquanto que a rural perfaz 3.625 indivíduos.

(51) A referida lei estadual foi publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, datado de 20/04/1994, n. 14.917, ano LXI, p. 1.

(52) A primeira legislatura da câmara municipal de vereadores de São Pedro de Alcântara é composta por nove componentes: Dionísio Pauli, Daniel Silveira, Roberto Stähelin, José Eugênio Schmitt, Nicolau Pitz, Paulo Schweitzer, Orlando Kuhn, Valter Nei da Silva e Walter Stähelin.

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO Estatístico de Santa Catarina. Florianópolis : Diretoria de Estatística e Geoprocessamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, 1995.

ARQUIVO Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pela Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.** Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina.** Lisboa : Tipografia da Academia de Lisboa, 1829.

CÂMARA, Lourival. **Estrangeiros em Santa Catarina.** Florianópolis : Publicação do Depto. Estadual de Estatística, 1940.

COUTINHO, João José. **Fala que o Presidente da Província dirigiu à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 1º de março de 1851.** Desterro : Tipografia do Novo Iris, 1851.

ENTRES, Gottfried. **Der Staat Santa Catarina in Vergangenheit und Gegenwart unter besonderer Berücksichtigung des Deutschtums. Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catarina.** Florianópolis : Livraria Central - Alberto Entres & Irmãos, 1929.

FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão**. São Leopoldo : Instituto Hans Staden e Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1974.

JOICHEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis : Papa-Livro, 1992.

KREMER, Rogério. **Datas Históricas de Antônio Carlos (1830-1992)**. Florianópolis : PapaLivro, 1993.

KONDER REIS, Antônio Carlos. **Em Defesa da Colonização Alemã**. Florianópolis : Oficinas Gráficas da Livraria Catarinense, s/d.

MATOS, Ênio de Oliveira. **Arquidiocese de Florianópolis Preservando sua História**. Florianópolis Ed. do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, 1996.

MATTOS, Jacinto Antônio de. **Colonização do Estado de Santa Catarina - Dados Históricos e Estatísticos (1640-1916)**. Florianópolis : Tipografia "O Dia", 1917.

MUELLER, Edson. **Relatório anexo ao Projeto de Lei n. 58/97, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, que dispõe sobre a forma e a apresentação das armas municipais e dá outras providências (Lei n. 52/97, de 27 de agosto)**. Arquivo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

MEIER, Beat Richard. **O Segredo dos Bornhausen. Análise de uma memória de tradição familiar que também serve para desvendar alguns "mistérios" a respeito da Colônia Alemã São Pedro de Alcântara - Santa Catarina**. São Paulo, texto inédito, novembro de 1998.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira. "Colonização Alemã de São Pedro de Alcântara". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo X. Florianópolis : Tipografia da Livraria Moderna, 1929. Edição comemorativa do primeiro centenário da colonização alemã em Santa Catarina (1829-1929).

PAULI, Evaldo. **Desafio aos olhos azuis**. Florianópolis : Ed. Lunardelli, 1978.

PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara - A Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. do Autor, 1995.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina : Sua História**. Florianópolis : Ed. da UFSC e Ed. Lunardelli, 1983.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu: Narrativa Cultural Tetrarracial**. Florianópolis : Ed. Lunardelli / Ed. UFSC, 1988.

_____. **Santa Bárbara - Primeiro Núcleo de Colonização Alemã de Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1992.

_____. "O diário do Conde F. C. Raben sobre sua visita à Colônia São Pedro de Alcântara em 1835". **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXI, n. 9, setembro de 1990.

SCHMITT, Elzeário. **A Primeira Comunidade Alemã em Santa Catarina**. Blumenau : Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1974.

_____. **A Casa dos Jasmins - Crônica de uma Família Catarinense**. Brusque : Ed. do Autor, 1975.

SEYFERTH, Giralda. "Identidade étnica, assimilação e cidadania - A Imigração Alemã e o Estado Brasileiro". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, ano 9, São Paulo, 1994.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **As Colônias de Santa Catarina**. Apresentação e anotações de Walter Fernando Piazza. Blumenau : Co-edição entre a Fundação "Casa Dr. Blumenau" e CNPq, 1988.



Os pioneiros Emmerich desembarcaram no rio de janeiro e logo em seguida rumaram para Desterro (Florianópolis) em 1828 e se estabelecendo na região do Loro (São Pedro de Alcântara-SC.) O primeiro imigrante Adan sua esposa e quatro filhos se estabeleceram na cidade acima citada e um de seus de filhos, nome Anton, veio por volta de 1840 para a cidade de Torres onde casou com Mariana Magnos onde teve cinco filhos.

1° - Pedro Antonio Emerim- Nasceu em Torres e depois veio morar em Araranguá seus decentes encontram-se por todo vale do Araranguá, Florianópolis e tubarão com o sobrenome de Emerik ou Emerim.

2° - Anália Emerim- Nasceu em Torres-RS. Depois morou em Araranguá.

3° - João Antônio Emerim – Nasceu em Torres e depois veio morar em Araranguá seus filhos se estabeleceram por todo Vale principalmente na cidade de Araranguá.

4° - Antonio Francisco Emerim -